Apresentação da Terceira Parte do Livro “Desafios para Moçambique 2011”

por

Rosimina Ali

20-04-2011

A terceira parte do livro, consagrada às questões da “sociedade”, compreende três artigos. Os dois primeiros tratam da problemática da protecção social em Moçambique e o terceiro aborda um dos mais prementes problemas de saúde pública e social, o HIV-SIDA.

Directa ou indirectamente, à semelhança de vários artigos no livro, os três trabalhos incluídos na terceira parte levantam importantes questões sobre a natureza do Estado, da economia nacional e das instituições da sociedade moçambicana, do ponto de vista da sua capacidade de proporcionar condições para a criação de uma segurança humana cada vez mais digna aos cidadãos moçambicanos.

Qual é a principal forma de protecção social existente actualmente em Moçambique?

A resposta a esta questão, surge no título do primeiro artigo da terceira parte do livro, da autoria de António Francisco: **“Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente: O caso de Moçambique”**

Segundo o autor, a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de protecção social, em países subdesenvolvidos como Moçambique, são geralmente avaliadas em torno dos mecanismos financeiros, como se a segurança humana da maioria da população dependesse principalmente da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas económico-financeiros prevalentes actualmente em Moçambique.

Porém, quando se presta a devida atenção à demografia da população moçambicana, percebe-se que os factores e mecanismos demográficos jogam um papel muito mais influente e socialmente relevante do que a literatura contemporânea sobre protecção social tem reconhecido. Segundo Francisco, a principal protecção social em Moçambique encontra-se nas relações familiares, entre idosos e jovens, entre mulheres e homens, e só marginalmente as iniciativas dos organismos públicos e privados, formais e informais, proporcionam alguma forma de protecção social a uma minoria de moçambicanos.

Este artigo destaca a importância da transição do regime demográfico antigo para o regime demográfico moderno, um fenómeno global conhecido *por transição demográfica*. Em que fase da transição demográfica está actualmente Moçambique? Para além da resposta a esta questão, o artigo responde a outras questões, tais como (pp. 234):

- O que significa ter muitos filhos, em termos gerais, e no caso de Moçambique, em particular?
- Será a estratégia de 'Ter muitos filhos' ainda eficaz e eficiente?
- O que define o espaço estratégico da protecção social demográfica?
- Quantos filhos representam um número demasiado? Qual é o nível de desperdício demográfico da actual população moçambicana?
- Não será um paradoxo, em pleno século XXI, que a maioria das crianças moçambicanas ainda morra antes dos seus próprios pais e avós?
- Se a sociedade moçambicana já não precisa de pelo menos o dobro dos filhos que tem gerado, pois com apenas três filhos consegue renovar as gerações nas actuais condições de mortalidade, por que e para quê continuar a ter mais filhos do que se precisa? Irão eles ser alimentados?

Estas, entre outras questões, proporcionam um estimulante desafio intelectual, com importantes implicações práticas para o desenvolvimento de abordagens realistas e adequadas à realidade moçambicana. Entretanto, o artigo de Francisco conduz a outras questões, abordadas no segundo artigo da Terceira Parte do Livro, intitulado:

“Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para uma Segurança Humana Digna em Moçambique”. Este artigo é da autoria de António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo.

O artigo defende que a ampliação e consolidação de sistemas modernos de protecção social em Moçambique estão a tornar-se um desafio cada vez mais delicado, complexo e difícil de gerir. Em parte, as dificuldades derivam de factores objectivos e estruturais, mas por outro lado, existem também factores institucionais e conjunturais, de natureza política; principalmente no início desta segunda década do Século XXI, em que a reputação de Moçambique como exemplo de sucesso no desenvolvimento económico africano contemporâneo, começou a desvanecer nos círculos mais isentos da opinião pública internacional.

Para além dos autores contextualizarem o actual debate sobre protecção social em três vertentes - analítica, empírica e debate em falta -, analisam o carácter limitado e excludente dos sistemas de protecção social, alicerçados nos sistemas financeiros, tanto formais (e.g. sistemas contributivos de segurança social e sistemas não contributivos de assistência social) como nos sistemas informais (e.g. grupos de poupança rotativa, como o chamado xitique; associações funerárias e outros grupos comunitários de inter-ajuda).

A exclusão da maioria dos moçambicanos dos sistemas financeiros existentes em Moçambique está relacionada, em parte, com a estrutura laboral e económica; mas por outro lado, o próprio sistema

financeiro é, em si, muito precário e limitado. Moçambique possui o pior índice de acesso a serviços financeiros na região da África Austral, como constatou a pesquisa FinScope Moçambique 2009. Em conjunto os sistemas financeiros, formais e informais, fornecem acesso a cerca de 22% da população adulta, significando que 78% dos moçambicanos (a nível rural, são 85%) estão totalmente excluídos do sistema financeiro. Perante este panorama, levantam-se algumas questões:

- Se o sistema financeiro nacional, em que se alicerçam os mecanismos formais e informais de protecção social, proporciona acesso a apenas 22% da população adulta, onde é que os restantes 78% das pessoas excluídas do sistema financeiro buscam sua protecção social?
- Estarão elas totalmente desprotegidas, em termos de apoio básico à criança e mitigação de riscos de insegurança da população idosa?
- Com uma infra-estrutura financeira tão limitada e excludente, será possível aspirar a uma segurança social contributiva e a uma assistência social não contributiva, inclusivas e socialmente relevantes para a maioria da população?

A resposta a estas questões é dada recorrendo ao conceito de Protecção Social Demográfica, definido como o conjunto de relações e mecanismos intergeracionais, de género, familiares, comunitários e sociais que moldam e determinam, directa ou indirectamente, os componentes de mudança demográfica, nomeadamente: mortalidade, natalidade e migrações.

Aos cerca de 80% de moçambicanos adultos, sem qualquer tipo de acesso aos sistemas financeiros, não resta outra alternativa senão procurar garantir a sua segurança e sobrevivência, através dos sistemas reprodutivos e demográficos. Mesmo os moçambicanos com alguma forma de acesso a mecanismos financeiros não podem dispensar o contributo significativo dos mecanismos demográficos.

O artigo termina com algumas respostas relativamente aos desafios e oportunidades da ampliação da protecção social, às questões:

- *Como são Tomadas as Decisões sobre a Ampliação da Protecção Social?*
- *Quais os Principais Constrangimentos Institucionais?*
- *Quais as Principais Oportunidades Institucionais?*
- *Algumas Áreas Emergentes para Consideração Futura.*

O 3º Artigo, da autoria de Sandra Manuel, intitulado “**Políticas de HIV e SIDA e dinâmicas socioculturais em Moçambique: Notas para reflexão**” começa por recordar os antecedentes da epidemia do HIV-SIDA em Moçambique.

Duas questões fundamentais conduzem a autora na sua análise. Qual foi a resposta à epidemia do HIV e SIDA, a nível nacional, principalmente a resposta através de políticas públicas, concretizadas em forma de planos? Como é que tais políticas reflectem e interagem com a diversidade das dinâmicas socioculturais do território nacional?

Após apresentar uma breve trajectória do HIV-SIDA, Sandra Manuel centra a atenção nos choques e dilemas entre as políticas e a realidade sócio-cultural. Segundo a autora:

Na análise das abordagens de controlo de HIV e SIDA no país verifica-se que as medidas e linhas orientadoras da acção partem de perspectivas teóricas, métodos, modelos de aplicação e técnicas provenientes de centros académicos internacionais, organizações das Nações Unidas ou de governos nacionais que não encontram, necessariamente, referentes idênticos a nível local. Embora a colaboração com entidades e perspectivas universais seja salutar, o ignorar ou a não tomada de consideração das dinâmicas locais pode revelar-se problemática.

Isto é exemplificado pela autora centrando a atenção em torno dos conceitos de “género” e “tradição”.

Para Sandra Manuel as percepções de género usadas nas políticas de HIV e SIDA ofuscam as especificidades e a diversidade de dinâmicas existentes no país. Entretanto, a autora reconhece que

O mais recente Plano Estratégico de combate ao HIV e SIDA, PEN III (2010-2014), apresenta avanços com visões mais holísticas sobre o conceito de género. Neste plano, ficam claros os esforços de diferenciar género e mulher. Depois de reconhecidos os desafios práticos – dificuldade de atingir e envolver homens nas actividades de resposta à SIDA – tanto o PEN III como o Plano de Acção Sobre Género e HIV e SIDA (2009/15) assumem que género não é só mulher. Nos últimos tempos, as estratégias e intervenções vêm assumindo publicamente as consequências do ignorar o homem. Esta constitui uma viragem na colocação da abordagem sobre o género.

A autora termina a sua reflexão colocando algumas perguntas sobre a maneira como a tradição é negativamente lida e analisada no contexto de planificação do controlo de HIV e SIDA. Por que forçar as lógicas locais à mudança de modo que incorpore modelos importados sem que esta internamente tenha mostrado interesse em seguir tal transformação? Onde colocámos aspectos positivos do universo da “tradição” no controlo de HIV e SIDA?

Muito obrigada.